Ensino de História e Inclusão Escolar: Desafios e Estratégias para a Educação de Estudantes com Síndrome de Down

Isabela PISSINATTI
UNESP – Rio Claro
Eixo temático 5
Agência Financiadora: CAPES
E-mail do primeiro autor: isabela.pissinatti@unesp.br

Andréia Osti
UNESP – Rio Claro
E-mail do segundo autor: andreia.osti@unesp.br

Palavras-chave: Educação Especial. Ensino de História. Síndrome de Down

Resumo

Com base em experiências pessoais e na prática docente, esta pesquisa surgiu a partir dos desafios observados na Educação Especial, especialmente no ensino de História para estudantes com Síndrome de Down nos anos finais do Ensino Fundamental. Entre as principais dificuldades identificadas estão a insuficiente preparação das escolas, o limitado apoio familiar e os obstáculos na elaboração de estratégias pedagógicas adequadas às necessidades individuais de cada aluno. De acordo com Dunaway (2010), os avanços nas áreas da educação, psicologia e medicina têm ampliado a compreensão acerca da Síndrome de Down, favorecendo abordagens mais significativas no processo de aprendizagem. No ambiente escolar, fatores como infraestrutura, condições de trabalho docente e disponibilidade de materiais didáticos influenciam diretamente a inclusão; contudo, a atuação do professor e suas práticas pedagógicas desempenham papel central nesse processo (Yoder; Warren, 2014). O objetivo deste estudo é apresentar os desafios enfrentados por uma professora no cotidiano escolar e relatar métodos de ensino desenvolvidos com base na afetividade e nas necessidades

específicas dos alunos. A metodologia adotada consiste em relato de experiência, destacando práticas vivenciadas por uma docente de História em sua atuação profissional. Os resultados parciais demonstram que, apesar das limitações relacionadas à formação docente e às dificuldades presentes no contexto escolar, a busca constante por conhecimento e a construção de vínculos afetivos contribuem para o desenvolvimento de estratégias eficazes de inclusão. Conclui-se que práticas pedagógicas adaptadas às formas de aprendizagem de cada estudante favorecem uma inclusão escolar mais efetiva.

Palavras-chave: Educação Especial. Ensino de História. Síndrome de Down.

1. Introdução

A inserção de estudantes com deficiência no sistema educacional brasileiro tem sido tema de discussões, legislações e políticas públicas voltadas à garantia do direito de todos a uma educação de qualidade. Contudo, a concretização desses direitos no cotidiano das instituições escolares ainda enfrenta diversos obstáculos, sobretudo para os docentes da educação básica, que frequentemente se deparam com limitações formativas e estruturais diante da diversidade de demandas existentes em sala de aula. Entre as diferentes áreas do conhecimento, o ensino de História se destaca por sua complexidade, uma vez que requer competências relacionadas à abstração, à compreensão da temporalidade, à interpretação de narrativas e à análise crítica do contexto social. Nesse cenário, a presença de estudantes com deficiência intelectual, como aqueles com síndrome de Down, exige a reformulação das práticas pedagógicas, fundamentada no respeito às singularidades, na adoção de metodologias acessíveis e no fortalecimento de relações afetivas no processo de ensino-aprendizagem.

O presente trabalho consiste em um relato de experiência de uma professora de História dos Anos Finais do Ensino Fundamental, atuante em uma instituição privada localizada no interior do estado de São Paulo. A partir da descrição de experiências pedagógicas vivenciadas com dois alunos com síndrome de Down, o estudo propõe refletir sobre os desafios encontrados na prática docente, bem como sobre as estratégias elaboradas com base na observação, na escuta atenta e na afetividade. O relato é analisado à luz dos avanços legais e conceituais da Educação Inclusiva no Brasil, estabelecendo uma articulação entre os referenciais teóricos e as práticas desenvolvidas no ambiente escolar. A proposta vai além da simples adaptação de recursos didáticos, defendendo uma perspectiva humanizada que reconhece as potencialidades dos estudantes e valoriza a construção compartilhada do

conhecimento.

2. Delineamento da pesquisa

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência, constituindo-se na descrição detalhada das vivências de uma professora de História atuante nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

A partir da década de 1970, o panorama educacional brasileiro passou por transformações significativas, especialmente no que se refere à inserção de estudantes com deficiência em classes regulares e ao fortalecimento da atuação estatal na promoção da educação inclusiva (Brasil, 2006). Esse movimento resultou em uma reestruturação das políticas públicas educacionais, fundamentada na criação de leis e tratados nacionais e internacionais voltados à democratização do acesso à educação.

A Constituição Federal de 1988 determina, em seu artigo 205, que a educação constitui direito de todos, sendo indispensável ao desenvolvimento pleno da pessoa, ao exercício da cidadania e à qualificação profissional. Ademais, o artigo 206, inciso I, assegura igualdade de condições para acesso e permanência no ambiente escolar. Em consonância, a Lei nº 8.069/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece em seu artigo 54, inciso III, o dever do Estado de oferecer atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A partir dessas garantias legais, consolidou-se progressivamente uma nova concepção filosófica no sistema educacional, reconhecendo o direito de estudantes com deficiência à convivência em ambientes escolares inclusivos, adequados às possibilidades institucionais. Em consonância com esse entendimento, foi aprovado pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001, um dispositivo fundamentado na Convenção da Guatemala, com a finalidade de eliminar todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência (Brasil, 2004).

Além da legislação nacional, documentos internacionais como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e a Declaração de Salamanca tiveram papel decisivo na consolidação da educação inclusiva, ao orientarem políticas e práticas destinadas ao atendimento de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, reafirmando o compromisso com o acesso, a permanência e a aprendizagem na escola regular (Silva, 2012, p. 125).

A Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), considerada marco relevante para a difusão da educação inclusiva, impulsionou a formulação de políticas públicas voltadas

à garantia de acesso, permanência e aprendizagem de estudantes com deficiência. Nesse contexto, a legislação brasileira avançou até culminar na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que estabeleceu entre seus objetivos a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE), destinado à identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade voltados às necessidades específicas dos alunos. Tais recursos devem contemplar tanto barreiras físicas quanto pedagógicas, assegurando a aprendizagem efetiva e a participação ativa nas práticas escolares.

Nesse cenário, a inclusão de alunos com deficiência representa uma luta pela igualdade de direitos e oportunidades, impulsionada por legislações, movimentos sociais e tratados internacionais comprometidos com a justiça social e a valorização da diversidade humana. Entretanto, a efetivação da Educação Inclusiva no cotidiano escolar requer ações concretas. Inserir estudantes com deficiência no ambiente escolar vai além de garantir acesso físico à instituição, exigindo sua participação efetiva no processo de ensino-aprendizagem. Essa compreensão ganhou força especialmente após a Constituição de 1988, sendo continuamente fortalecida por legislações voltadas ao enfrentamento de práticas excludentes e capacitistas.

O ensino de História exerce função essencial na formação cidadã, ao possibilitar a compreensão dos processos sociais, políticos, culturais e econômicos que estruturam a sociedade (Guimarães, 2012). No âmbito da Educação Especial, sobretudo na inclusão de estudantes com síndrome de Down, faz-se necessário repensar as práticas de ensino para assegurar sua participação efetiva e significativa. Isso exige dos docentes formação adequada e elaboração de estratégias didático-pedagógicas que respeitem o ritmo e as especificidades desses estudantes.

No ambiente escolar, a Educação Inclusiva materializa-se por meio das práticas pedagógicas e da postura dos profissionais da educação. Aos professores da rede regular cabe a responsabilidade de planejar e implementar estratégias capazes de atender às Necessidades Educacionais Específicas (NEE), promover o engajamento da turma e favorecer a integração social dos estudantes. Contudo, conforme aponta Correia (1999), a ausência de formação específica frequentemente limita a compreensão docente acerca das deficiências e de suas implicações no processo educativo.

Todavia, a presença de estudantes com síndrome de Down nas classes regulares ainda enfrenta obstáculos como deficiência de infraestrutura, insuficiência de formação docente e escassez de materiais didáticos adaptados. Segundo Mazzotta (2005), a trajetória da Educação Especial no Brasil foi historicamente marcada por marginalização e assistencialismo, sendo apenas a partir da década de 1990 que se

consolidaram diretrizes orientadas à inclusão plena no ensino regular. Essas limitações estruturais impactam diretamente o processo de ensino-aprendizagem e dificultam a efetivação da inclusão.

Dessa forma, a consolidação da Educação Inclusiva demanda não apenas mudanças estruturais, mas também transformações epistemológicas e formativas. Trata-se de um desafio ainda presente, especialmente diante das lacunas na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, evidenciando a necessidade urgente de ampliação da produção científica na área e de investimentos em qualificação docente.

Sob essa perspectiva, torna-se indispensável capacitar professores, educadores e auxiliares para compreenderem as especificidades dos estudantes com deficiência, selecionarem estratégias pedagógicas adequadas e utilizarem de maneira eficaz os recursos tecnológicos disponíveis (Correia, 2008, p. 28). Entretanto, a responsabilidade pela inclusão não deve recair exclusivamente sobre os docentes, sendo necessário o envolvimento de toda a comunidade escolar no compromisso com a construção de uma escola que valorize a diversidade.

Carvalho (2007) destaca que o professor que atua com alunos com deficiência desempenha papel central tanto na condução do trabalho coletivo quanto na mediação individualizada. Assim, a formação continuada configura-se como estratégia fundamental para assegurar práticas pedagógicas inclusivas que respeitem as singularidades dos estudantes e favoreçam sua aprendizagem.

Nesse contexto, torna-se essencial compreender as características específicas dos estudantes com síndrome de Down. Trata-se de uma condição genética decorrente da trissomia do cromossomo 21, que provoca alterações no desenvolvimento físico e cognitivo. Ainda que compartilhem a mesma alteração cromossômica, esses estudantes apresentam perfis diversos, com características físicas e comportamentais particulares. O elemento comum entre eles é a deficiência intelectual, manifestada em diferentes níveis e com tempos variados para aquisição de conhecimento.

Entre os fatores que influenciam a aprendizagem de estudantes com síndrome de Down destacam-se dificuldades na linguagem oral, limitações na memória de curto prazo, comprometimentos na coordenação motora fina, dificuldades na organização de informações e limitações no raciocínio lógico. Esses aspectos interferem diretamente no desenvolvimento da leitura e da escrita, mas podem ser minimizados mediante estratégias pedagógicas apropriadas.

Conforme estabelece a LDBEN (Lei nº 9.394/96), em seu artigo 59, os sistemas de ensino devem assegurar currículo, métodos e recursos adaptados às necessidades dos estudantes com deficiência. Nesse sentido, recomenda-se a adoção de práticas

como a elaboração de Plano de Ensino Individualizado (PEI), organização de rotinas estruturadas, uso de materiais concretos e visuais, definição de metas progressivas, valorização de competências previamente desenvolvidas, estímulo à autonomia, uso de tecnologias assistivas, apoio individualizado e desenvolvimento de atividades multissensoriais.

Diante disso, a Didática da História configura-se como ferramenta fundamental na construção de práticas pedagógicas inclusivas. Libâneo (2002) compreende a didática como o campo responsável por articular objetivos, conteúdos, métodos e formas de organização da aula. Assim, cabe ao professor elaborar estratégias que considerem as especificidades dos estudantes com síndrome de Down, utilizando recursos visuais, tecnologias assistivas, atividades lúdicas, música, teatro e repetição de conteúdos, de modo a tornar o ensino histórico mais acessível e significativo.

Pesquisas como as de Bassani (2012), Bissoto (2005) e Galvão Filho (2009) evidenciam que esses estudantes apresentam perfil predominantemente visual de aprendizagem, além de dificuldades relacionadas à linguagem expressiva, coordenação motora e memória de trabalho. Para atender a essas demandas, recomenda-se o uso de imagens, quadrinhos, histórias em áudio, softwares educativos e dispositivos móveis, favorecendo a construção de significados históricos e o sentimento de pertencimento ao processo educativo.

A proposta pedagógica deve ainda estar fundamentada na aprendizagem significativa, conforme propõe Ausubel (1982), relacionando os novos conhecimentos aos saberes prévios, experiências e vivências sociais dos alunos. Nesse sentido, o professor de História deve reconhecer os estudantes com síndrome de Down como sujeitos históricos inseridos em contextos culturais, sociais e familiares específicos.

A humanização do ensino constitui dimensão ética e epistemológica indispensável. Paulo Freire (2006) defende que a educação deve promover conscientização e compreensão crítica de si e do mundo. Para estudantes com síndrome de Down, isso se concretiza quando lhes é assegurado o direito de aprender com dignidade, mediação adequada e respeito às suas singularidades.

Dessa forma, o professor de História assume papel de mediador e agente provocador de significados, sendo responsável por relacionar conteúdos históricos à realidade dos estudantes, promovendo reflexão crítica, participação ativa e reconhecimento de suas próprias histórias. Schmidt (2005) ressalta a importância de trabalhar com múltiplas narrativas históricas, inclusive aquelas historicamente silenciadas, permitindo maior identificação dos alunos com os conteúdos abordados.

A inclusão de estudantes com síndrome de Down não deve restringir-se à presença física na escola, mas concretizar-se também no acesso ao conhecimento, à

interação social e ao reconhecimento de suas potencialidades. Para isso, é preciso superar a mera integração e consolidar uma cultura verdadeiramente inclusiva, conforme defendem Castro e Freitas (2008), garantindo acesso ao currículo, aos materiais didáticos e a avaliações adaptadas.

Por fim, destaca-se que a afetividade constitui elemento central no processo educativo. Conforme Wallon (apud Galvão, 2003), os aspectos afetivo, cognitivo e motor encontram-se integrados no desenvolvimento humano, sendo indissociáveis na prática pedagógica. A escola, portanto, ocupa papel estratégico no fortalecimento de vínculos entre professor e aluno e na promoção do desenvolvimento integral.

Conclui-se que o ensino de História para estudantes com síndrome de Down requer o comprometimento coletivo da comunidade escolar, a valorização das singularidades e a adoção de metodologias inovadoras e inclusivas. A escola deve estar preparada para acolher esses estudantes como sujeitos de direito, capazes de aprender, interagir e transformar sua realidade. Ao mesmo tempo, cabe ao professor assumir o papel de mediador, formador crítico e agente de transformação social, sendo imprescindível que sua formação inicial e continuada contemple discussões sobre diversidade, inclusão e deficiência intelectual. Assim, o desafio da inclusão também se apresenta como oportunidade de repensar práticas pedagógicas, humanizar o currículo e reconhecer a diversidade como valor essencial na construção de uma educação verdadeiramente democrática.

3. Resultados parciais e discussões

Atuando como professora de História nos anos finais do Ensino Fundamental em uma escola privada situada no interior do estado de São Paulo, tenho me deparado com diferentes desafios ao longo de minha prática profissional. Dentre eles, sobressai-se a inclusão de estudantes com deficiência, temática que, em um primeiro momento, apresentou-se como uma grande dificuldade, principalmente em razão da limitada oferta de informações relacionadas à Educação Especial. A instituição em que trabalho encontra-se, atualmente, em fase inicial de busca por suporte de profissionais de diferentes áreas para atender essa demanda, sendo esta ainda uma iniciativa recente.

A decisão de tratar, nesta pesquisa, da inclusão de estudantes com síndrome de Down deve-se ao fato de que estes são os únicos alunos para os quais a escola solicita a elaboração de atividades pedagógicas inclusivas específicas. Inicialmente, senti-me insegura e sem apoio; mesmo procurando orientação junto à equipe escolar, as respostas recebidas eram, em grande parte, amplas e pouco aplicáveis à realidade

cotidiana. Diante disso, optei por buscar formação de maneira autônoma, dedicando-me ao estudo da temática e participando de grupos de convivência com familiares e pessoas com deficiência em minha cidade. Essa experiência tem sido essencial para desconstruir preconceitos e superar a falta de conhecimento que anteriormente limitava minha atuação.

Entretanto, foi a convivência cotidiana com meus alunos que mais contribuiu para a compreensão das necessidades e potencialidades individuais de cada um. Atualmente, acompanho dois estudantes com síndrome de Down: Olívia[1], matriculada no 7º ano, e Caio, no 6º ano. Ambos evidenciam, na prática, que compreender os aspectos clínicos da síndrome é importante, porém o vínculo afetivo e o reconhecimento das particularidades de cada estudante são insubstituíveis. Embora compartilhem a mesma condição genética, Olívia e Caio apresentam características bastante distintas. Olívia é reservada, educada, alfabetizada, aprecia atividades manuais e demonstra interesse em colorir. Caio, por sua vez, possui personalidade expansiva, é bastante comunicativo, apresenta dificuldades no processo de alfabetização — ainda em investigação por especialistas —, não gosta de colorir, porém possui memória visual excepcional.

Com base na convivência com ambos e na experimentação de diferentes metodologias pedagógicas, fui identificando estratégias mais adequadas às especificidades de cada um. Dessa forma, venho elaborando atividades que favorecem o acesso ao conhecimento histórico, à compreensão da passagem do tempo, da diversidade cultural e ao reconhecimento de si mesmos como sujeitos históricos. Pretendo dar continuidade a esta investigação em caráter longitudinal, registrando as atividades aplicadas, suas metodologias e os resultados alcançados com cada estudante. Neste momento, serão apresentados alguns exemplos iniciais, ainda sem análise aprofundada dos resultados, por tratar-se de uma pesquisa em fase preliminar.

Experiência com Caio (6º ano): No início do ano letivo, observei que Caio apresentava dificuldades em compreender a noção de temporalidade. Para trabalhar esse aspecto, desenvolvi uma atividade de elaboração de um mural com fotografias da turma: cada estudante trouxe uma foto da infância e uma atual, compartilhando uma lembrança de quando era pequeno. A proposta gerou grande envolvimento da turma, especialmente de Caio, que demonstrou entusiasmo ao perceber as transformações ocorridas ao longo do tempo tanto em si quanto em seus colegas.

Posteriormente, propus a realização de uma entrevista com familiares mais velhos, com o objetivo de resgatar memórias da infância. Como Caio ainda não é alfabetizado, realizamos previamente um treinamento das perguntas utilizando um microfone — recurso pelo qual ele demonstra grande interesse —, e ele produziu um

desenho comparando sua brincadeira favorita com a de seu pai. Solicitei também ao pai que compartilhasse fotografias de sua infância com o filho, o que resultou em expressivo engajamento de Caio com a proposta. Além disso, desenvolvemos atividades relacionadas às fases da vida e às transformações de objetos e paisagens ao longo do tempo, temática trabalhada em parceria com a professora de Geografia, promovendo uma abordagem interdisciplinar. Considerando sua excelente memória visual, elaborei jogos da memória com conteúdos históricos, estratégia que, além de favorecer sua aprendizagem, estimula sua interação com os colegas, que demonstram interesse em participar dessas atividades.

Experiência com Olívia (7º ano): Em razão de ser alfabetizada, as atividades direcionadas a Olívia apresentam maior grau de complexidade. Sabendo de seu interesse por narrativas, adaptei conteúdos históricos utilizando linguagem semelhante à dos contos de fadas, priorizando a compreensão de temas como desigualdades sociais, motivações de revoltas populares e diversidade de povos e culturas. Como demonstra grande afinidade com atividades artísticas, incluo frequentemente desenhos para colorir e histórias em quadrinhos como recursos de apoio didático.

A turma de Olívia costuma demonstrar grande envolvimento em atividades coletivas, aspecto que favorece seu processo de inclusão. Incentivo constantemente o trabalho colaborativo, orientando, porém, os colegas para que ofereçam auxílio apenas quando solicitado por ela, respeitando sua autonomia. Como os estudantes convivem juntos desde os anos iniciais da escolarização, há uma relação consolidada de convivência, na qual a presença de Olívia é tratada com naturalidade, inclusive nos momentos em que precisa ser advertida, assim como qualquer outro estudante.

Cultura escolar e inclusão: Embora as ações relatadas concentrem-se no ambiente da sala de aula, é importante destacar que a escola, enquanto espaço social, possui a responsabilidade de promover o contato com o novo, o diferente e a diversidade. Nessa perspectiva, a Educação Especial não deve limitar-se ao contexto da sala de aula, mas integrar toda a cultura institucional. Motivada por essa reflexão, iniciei diálogo com a equipe gestora da escola, propondo ações que contribuam para a construção de uma cultura inclusiva, que enfrente o capacitismo e fortaleça a presença de pessoas com deficiência em múltiplos espaços.

Como exemplo, ressalto a atividade desenvolvida no Dia Internacional da Mulher, em 2025, ocasião em que convidei duas mulheres para participarem de uma roda de conversa com os estudantes. A primeira convidada foi uma atleta de boxe chinês; a segunda, uma mulher com síndrome de Down, bailarina e líder de uma organização voltada às pessoas com deficiência em minha cidade. Preparei previamente os estudantes para o encontro, promovendo reflexões sobre respeito e

orientando a formulação de perguntas. A identificação das meninas com a bailarina foi imediata, sobretudo em razão de seu envolvimento com dança e teatro. A atividade foi extremamente positiva, constituindo-se em uma significativa oportunidade de aprendizagem e ampliação de perspectivas para todos os participantes. A presença de pessoas com deficiência em atividades escolares não deve restringir-se a momentos em que o tema abordado seja a deficiência, mas também ocorrer em contextos que evidenciem seus papéis sociais, competências e realizações.

4. Conclusões

Esta pesquisa não se propõe apenas a apresentar recursos didáticos adaptados, mas também a oferecer possibilidades de enfrentamento diante dos diversos desafios vivenciados pelos educadores no contexto da inclusão escolar. Reconheço que ainda não possuo domínio pleno de todas as práticas pedagógicas e que, em muitos momentos, experimento sentimentos de insegurança e desânimo. Entretanto, os resultados alcançados até o momento — ainda que iniciais — têm servido como motivação para a continuidade desse percurso.

Por atuar em uma instituição de ensino privada, reconheço que disponho de recursos e suportes que muitas escolas públicas ainda não conseguem ofertar. Dessa forma, espero que este estudo possa contribuir para futuras pesquisas que aprofundem as discussões acerca da inclusão de estudantes com deficiência, defendendo não apenas uma educação de qualidade para todos, mas também melhores condições de trabalho e formação para os docentes da educação básica.

Os resultados preliminares indicam que, embora a formação de professores ainda apresente muitas fragilidades e existam inúmeras dificuldades relacionadas ao processo de ensino de estudantes com deficiência nas escolas, é possível, por meio da busca constante por conhecimento e da construção de relações pautadas na afetividade, desenvolver atividades e estratégias eficazes para favorecer o desenvolvimento e a inclusão desses alunos.

A ausência de experiências anteriores com estudantes com síndrome de Down e outras deficiências pode gerar insegurança nos professores, que frequentemente relatam não dispor de tempo ou preparo adequado para atendê-los. Nesse sentido, esta pesquisa buscou evidenciar que a inclusão pode ser promovida sem a necessidade de medidas extraordinárias, bastando considerar as formas de aprendizagem de cada criança. Além disso, apresenta propostas práticas voltadas ao enfrentamento das lacunas existentes na formação docente. Embora a postura dos professores seja um fator fundamental para a efetivação da inclusão, ela precisa estar associada à adoção

de práticas pedagógicas adequadas, capazes de assegurar um processo de ensino-aprendizagem eficiente para todos os estudantes.

5. Principais referências

AUSUBEL, D. P. A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes, 1982.

BASSANI, C. S. A síndrome de Down e as dificuldades de aprendizagem. Anhanguera Educacional, v. 1, n. 1, p. 1–18, 2012.

BISSOTO, M. L. Desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais. Ciência & Cognição, v. 4, p. 80–88, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade – documento orientador. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Ministério Público Federal. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva. O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

CARVALHO, F. Escola para todos? A educação de crianças com deficiência na perspectiva da ecologia humana. Lisboa: Ministério do Trabalho e Solidariedade Social/Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, 2007.

CASTRO, S. F.; FREITAS, S. N. As representações dos professores de alunos com síndrome de Down incluídos nas classes comuns de ensino regular. In: FREITAS, S. N. (Org.). Tendências contemporâneas de inclusão. Santa Maria: UFSM, 2008. s. p.

CENTAUTO. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

COLL, C. Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Porto Alegre: Artmed, 1998.

CORREIA, L. M. Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares. v. 1. Porto: Porto Editora, 1999.

CORREIA, L. M. Inclusão e necessidades educativas especiais: um guia para educadores e professores. v. 2. Porto: Porto Editora, 2008.

GALVÃO, I. Expressividade e emoções segundo a perspectiva de Wallon. In: ARANTES, V. A.; AQUINO, J. G. (Eds.). Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas. Campinas, SP: Summus, 2003. p. 71–88.

GALVÃO FILHO, T. A. A tecnologia assistiva: de que se trata? In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. Porto Alegre: Redes, 2009.

GUIMARÃES, S. Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LIBÂNEO, J. C. Didática. (Coleção Magistério 2º Grau. Série Formação do Professor). São Paulo: Cortez, 2002.

MAHONEY, A. A. Introdução. In: HENRI WALLON – Psicologia e educação. São Paulo: Loyola, 2000.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHMIDT, M. A. A formação do professor de história. In: BITTENCOURT, C. (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, A. M. Educação especial e inclusão escolar: histórias e fundamentos. (Série Inclusão Escolar). Curitiba: Intersaberes, 2012.

SILVA, R. F. As emoções e sentimentos na relação professor-aluno e sua importância para o processo de ensino e aprendizagem: contribuições da teoria de Henri Wallon. Assis, 2017. Trabalho de Conclusão de Curso.